

## A temporalidade social do trabalho docente em universidade pública e a saúde

Teaching work social temporality in a public university and health

Andréa Maria dos Santos Rodrigues (<https://orcid.org/0000-0001-8254-341X>)<sup>1</sup>

Kátia Reis de Souza (<https://orcid.org/0000-0002-2084-2606>)<sup>2</sup>

Liliane Reis Teixeira (<https://orcid.org/0000-0003-2460-0767>)<sup>2</sup>

Ariane Leites Larentis (<https://orcid.org/0000-0001-7232-3245>)<sup>2</sup>

**Abstract** *This study aimed to analyze teaching work's temporality aspects in their relationship with health. Qualitative research was conducted with the participation of ten professors from a public university. Six meetings called "Worker's Health workshops" were held, a research methodology that gathers workers and researchers to discuss topics related to work and health. The material was analyzed through the content analysis technique, in the thematic modality. The main themes were identified from the transcribed materials of the workshops' dialogues, namely: working time intensification and extension, teacher's health, working time and sleep deprivation, and health advocacy strategies and solutions. We noted that health advocacy strategies are located in individuals and the workgroup, through cooperation and social time. The theme of an intensive and extensive combination of working time associated with insecure work conditions was identified. We concluded that teaching work time is underpinned by rules and social values under the historical determination of new managerial standards within the public university.*

**Key words** *Teachers, Universities, Worker's Health*

**Resumo** *O objetivo do presente estudo foi analisar aspectos da temporalidade do trabalho docente em sua relação com a saúde. Realizou-se pesquisa de caráter qualitativo com a participação de dez docentes de universidade pública. Efetivaram-se seis reuniões, denominadas "Oficinas em saúde do trabalhador", uma metodologia de investigação que reúne trabalhadores e pesquisadores para debater temas relacionados ao trabalho e à saúde. A análise do material foi efetuada por meio da técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática. Tomando por base os materiais transcritos procedentes dos diálogos das oficinas, identificaram-se os temas principais, a saber: intensificação e prolongamento do tempo de trabalho; saúde docente; tempo de trabalho e privação do sono; saídas e estratégias de defesa da saúde. Percebeu-se que as estratégias de defesa da saúde situam-se no âmbito individual e do grupo de trabalho por meio de cooperação e tempo de convívio. Identificou-se o tema da combinação intensiva e extensiva do tempo de trabalho associado à precarização das condições laborais. Concluiu-se que o tempo de trabalho docente é constituído por regras e valores sociais sob a determinação histórica de novos padrões gerenciais no contexto da universidade pública.*

**Palavras-chave** *Docentes, Universidades, Saúde do trabalhador*

<sup>1</sup> Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). R. Leopoldo Bulhões 1480, Manguinhos. 21041-210 Rio de Janeiro RJ Brasil.

andrearodriguesfono@hotmail.com

<sup>2</sup> Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, ENSP, Fiocruz. Rio de Janeiro RJ Brasil.

## Introdução

Ao final do século XX, precisamente nos anos de 1990, teve início no Brasil uma ampla reforma de Estado que instituiu um novo modelo de organização das universidades públicas. No plano estrutural, tratou-se de um novo ciclo de movimentação do capital que exigiu do trabalhador maior produtividade e flexibilidade para adaptação às novas formas de organização do trabalho e gestão. Essa nova morfologia do trabalho, na qual sobressaem mudanças tecnológicas e informacionais, caracteriza a ciência como força produtiva e geradora de inovação, sob uma lógica pragmática e instrumental, procedente das regras e valores de mercado<sup>1-3</sup>. Esse cenário é legitimado pela política de austeridade do Estado, que criou mecanismos jurídicos para privatizar, terceirizar e restringir gastos com a educação pública, aprofundando o cenário de precarização do trabalho em universidades. Assim, sob o prisma da constituição de um Estado “gerencial”, as universidades públicas foram submetidas a uma lógica econômica de controle e restrição<sup>4</sup>. Estamos diante de uma tendência internacional que situa a educação como atividade de mercado<sup>5</sup>.

De fato, a mudança sofrida pela universidade pública, derivada da reforma de Estado, definiu a educação como um setor de serviços não exclusivos do Estado, o que significou que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Nesse escopo político, ganhou ênfase a visão organizacional da universidade, isto é, uma nova forma institucional de gestão pública acadêmica, controlada por contratos de gestão e avaliada por índices de produtividade. Esse cenário contribuiu para o aprofundamento de um problema central, qual seja, a mudança imposta ao tempo de trabalho docente<sup>6</sup>.

No arcabouço institucional das universidades, foram aprovadas diversas leis e decretos: em 2004 criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e no ano de 2007 instituiu-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); isto para citar somente duas importantes políticas públicas que geraram impactos na organização do tempo de trabalho docente. Quanto à última (Reuni), estabelece o crescimento numérico das universidades no Brasil e a abertura de novas vagas para alunos, sem a equivalente criação de vagas para docentes e o suficiente aporte de recursos. Esse conjunto de reformas contribuiu para a expansão das condi-

ções deterioradas de infraestrutura das universidades<sup>7</sup>.

No que tange ao processo de trabalho docente, foram introduzidas mudanças na rotina das atividades. Diferentes atribuições como elaboração de artigos, livros, orientações de alunos, participação em bancas, atividades de pesquisa e de bancada, trabalho em sala de aula na graduação e na pós-graduação, exigência de atividades administrativas, entre outras, produzem intensificação e prolongamento do trabalho<sup>8</sup>. Seguramente, professores vêm experimentando alterações profundas no tempo de trabalho em universidades, configurando novas relações na cultura acadêmica. A pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas tem se concretizado alicerçada na ideia de que os docentes devem ser “mais produtivos”<sup>9</sup>. Sem dúvida, a produtividade impacta a autonomia intelectual, suscitando perda do controle sobre o próprio trabalho e a subsunção do trabalho intelectual e da produção de conhecimento à lógica do capital.

Complementarmente, Luz<sup>10</sup> assevera que existe um desconhecimento a respeito do processo de trabalho docente, que supõe um ritmo próprio de operação, de elaboração, de avanços e pausas durante o desenvolvimento das atividades. Por sua vez, esses professores, cientes da necessidade de atender às exigências institucionais vigentes quanto ao cumprimento das normas da “produtividade”, se esforçam para realização de suas tarefas à exaustão, sacrificando repouso, lazer e férias em favor do trabalho, o que tem gerado consequências para a saúde.

É válido ponderar que o tempo de trabalho docente não é, somente, um dado objetivo caracterizado pela duração administrativa das horas ou dos anos de trabalho do professor<sup>11</sup>. Ele é também um dado subjetivo, no sentido de que contribui poderosamente para modelar a identidade do trabalhador. Ganha destaque, nessa linha de interpretação, o ponto referente à experiência no trabalho e que nos remete ao ângulo de entendimento de que o tempo de trabalho constitui-se como um processo contínuo e crescente de aquisição de saberes intrínsecos à própria atividade, demandando estudos específicos da área de saúde coletiva, já que possui efeito protetor à saúde dos trabalhadores<sup>12</sup>. Parece acertada a afirmação segundo a qual o tempo social na atualidade constitui-se em um tempo tomado por regras e valores impostos culturalmente pela lógica do capital.

### Notas sobre a temporalidade social do trabalho sob o capitalismo

É precisamente nas páginas d'*O Capital* que Marx<sup>13</sup> discute a grandeza da jornada de trabalho e distingue dois importantes conceitos a ser considerados na análise sobre tempo de trabalho: “o trabalho necessário e o mais-trabalho”<sup>13</sup>(p.306). Por definição do próprio Marx<sup>13</sup>, trabalho necessário refere-se à parte do dia em que o trabalhador tem necessariamente de trabalhar para sua sobrevivência material e “autoconservação”, para sua reprodução como força de trabalho. No entanto, em termos concretos, essa parte do trabalho constitui, somente, uma fração da jornada real de trabalho, já que a grandeza total da jornada de trabalho varia com a extensão ou duração do mais-trabalho ou sobretrabalho, aquele que diz respeito às horas não remuneradas trabalhadas. Assim, o valor produzido para além do necessário à reprodução da força de trabalho constitui-se como mais-valor ou mais-valia. A produção capitalista é, essencialmente, produção de mais-trabalho e, conseqüentemente, de mais-valor, levando conjuntamente à intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, que produz debilitação, desgaste e esgotamento, podendo levar trabalhadores à morte prematura<sup>13</sup>.

Marx formulou importantes parâmetros teóricos acerca da “intensificação do trabalho”<sup>13</sup>(p.481). Segundo esse pensador, o aumento da velocidade e do ritmo de trabalho suscita a intensidade do trabalho. Para o capital interessa que o trabalhador “seja capaz de produzir mais com maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo”<sup>13</sup>(p.482). Isto significa redução da porosidade de pausas ou descanso, o que impõe um maior dispêndio de trabalho e de pressão sobre a força de trabalho. Importa também considerar que o prolongamento do tempo da jornada de trabalho constitui-se, igualmente, na intensificação laboral. Assim sendo, a extensão do tempo de trabalho pós-jornada formal (como “horas extras”) ao lado da intensificação da cadência no tempo formal de trabalho, predetermina duplamente a intensificação do trabalho.

Convém lembrar que foi ao final do século XIX e início do século XX que ocorreu a disseminação da ideologia do trabalho em fábricas como modelo dominante de organização e controle do tempo de trabalho, não somente nos ambientes industriais, mas também em escolas, hospitais, entre outras instituições sociais. Com efeito, o tempo passou a ser administrado pela organização (científica) do trabalho para controle dos

trabalhadores, pelo chamado padrão de produção taylorista/fordista, com fortes repercussões na subjetividade e valores constitutivos da classe trabalhadora. Nele, reduz-se o tempo e amplia-se o ritmo de trabalho, intensificando a opressão e submissão do trabalhador para assegurar a regularidade da produção e continuidade da extração de mais-valor. No entanto, o tempo social não flui de maneira uniforme e está sujeito a descontinuidades sob a ação do próprio homem<sup>14</sup>.

Assim, ao final dos anos de 1960, a resistência dos trabalhadores atingiu seu epicentro pelo movimento de questionamento crítico ao controle social da produção, trazendo a questão dos limites entre tempo de trabalho e tempo livre. Esse cenário ganhou notoriedade na explosão do operário-massa, “parcela hegemônica do proletariado que atuava no universo concentrado do espaço produtivo”<sup>3</sup>(p.42).

A partir de meados dos anos de 1970, o capital colocou-se na ofensiva, isto é, contra a diminuição da duração da jornada de trabalho. Desde então, a tendência dominante e universal é a de combinar aumento da produtividade e da intensificação do trabalho com o prolongamento da jornada de trabalho, uma junção extremamente nociva à saúde dos trabalhadores<sup>15</sup>.

Na história do capitalismo contemporâneo, chama atenção transformações ocorridas no mundo do trabalho com o advento do toyotismo, que infundiu o caráter flexível às jornadas de trabalho. Para Basso<sup>16</sup>, há uma tendência universal de deterioração das condições de trabalho e de vida para a massa dos trabalhadores assalariados pela instauração de jornadas antigas em tempos modernos. Nesse sentido, assegura que o receituário neoliberal caracteriza-se por relações de trabalho cada vez mais baseadas na precariedade, em forjar formas e métodos de pressão no trabalho, tornar incertas as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo global da vida, possibilitando reunir velhos e novos riscos para a saúde dos trabalhadores. Nessa mesma linha de compreensão, Alves<sup>17</sup> assegura que foi precisamente pelo método Toyota que se deu a nova morfologia social do capitalismo, produzindo a corrosão da pessoa humana por meio da “vida reduzida”<sup>17</sup>(p.124), ou seja, pela invasão do tempo de vida livre pelo tempo de trabalho. O traço essencial do capitalismo global é a precarização estrutural do trabalho e o adoecimento da subjetividade, um cenário de sofrimento e degradação da saúde do trabalhador no qual ganha ênfase a manipulação de capacidades emocionais. Constatação semelhante é mencionada por Dal Rosso<sup>18</sup> ao afirmar que o

método toyotista talvez seja aquele, sob o capitalismo, que mais mobilize a inteligência e o engajamento emocional na atividade de trabalho com controle da autonomia e liberdade dos trabalhadores. Para esse mesmo autor, o trabalho contemporâneo apresenta características distintas de outras épocas e está concentrado em atividades de serviços, sendo necessário analisar o trabalho a partir da visão de quem trabalha<sup>18</sup>.

Diante do exposto, teve-se como objetivo deste estudo: Analisar aspectos da temporalidade do trabalho docente em uma universidade pública, em sua relação com a saúde, com base na experiência dos próprios professores.

## Metodologia

Este estudo faz parte de uma pesquisa em processo no campo da saúde do trabalhador, que teve início no ano de 2013 por meio da formação de um grupo de pesquisa interdisciplinar e multicêntrico composto por pesquisadores e professores universitários. A proposta principal do grupo de pesquisa consiste no desenvolvimento de tecnologias pedagógicas de produção de conhecimento e de intervenção participativa sobre a saúde e o trabalho de docentes de universidades públicas. Elaboraram-se três ferramentas de investigação, uma de caráter quantitativo (inquérito epidemiológico) e duas de natureza qualitativa: “cadernetas de saúde e trabalho”<sup>19</sup> e “oficinas em saúde do trabalhador”<sup>20</sup>. Neste estudo apresentam-se, exclusivamente, resultados e discussão procedentes das “oficinas em saúde do trabalhador” que são concebidas como:

*espaços onde trabalhadores e pesquisadores reunidos discutem temas de trabalho relacionados à saúde, pautados em elementos da investigação participativa e da pedagogia freireana<sup>21</sup> bem como dos fundamentos do campo da saúde do trabalhador<sup>12,22</sup> construindo um processo que, por meio do diálogo, venha possibilitar produção de conhecimento e ação educativa com vistas ao fortalecimento dos coletivos de trabalho e à defesa da saúde.<sup>20</sup>*

Entende-se que esse tipo de pesquisa possibilita construção da prática coletiva de produção de conhecimento, sob uma perspectiva que combina interação pedagógica e ação social. Efetiva-se a partir de processo gradativo que demanda certo tempo para surgimento de interação e participação ativa entre os sujeitos<sup>23</sup>. Esse processo ainda permite a compreensão e problematização da realidade que se vive, pois, através da reflexão como ação, vão surgindo respostas e novas ques-

tões, provocando o crescimento crítico de todos os envolvidos<sup>21,24</sup>.

No que concerne ao desenvolvimento das oficinas, foram realizadas seis reuniões com duração de duas horas aproximadamente, nas dependências do Instituto de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), localizada no estado do Rio de Janeiro. As reuniões aconteceram entre os anos de 2015 e 2018, em duas fases metodológicas distintas, a saber: a primeira constituiu-se por quatro reuniões realizadas entre os anos de 2015 e 2016, designadas como “oficinas temáticas”, que têm como propósito principal o levantamento de “temas geradores”<sup>21</sup> que podem ser compreendidos como unidades de registro primárias para o diálogo e a análise qualitativa do conteúdo das discussões. Nesse enfoque, os temas surgem espontaneamente, não existindo um roteiro prescrito de questões. Postula-se que é por meio do diálogo que se tem acesso aos dados de investigação, sendo possível, a partir do seu conteúdo, a identificação de temas geradores<sup>21</sup>. A segunda fase das oficinas, denominada “validação consensual”, constituiu-se por duas reuniões realizadas durante o segundo semestre de 2018, cuja preocupação central foi o diálogo crítico a respeito daqueles temas levantados na primeira fase, ou seja, debateram-se os temas mais relevantes discutidos durante as oficinas temáticas; entre eles, sobressaiu a temática da temporalidade do trabalho docente. De acordo com Oddone et al.<sup>22</sup>, o processo de validação consensual realiza-se pela confrontação entre as observações espontâneas e as críticas de cada sujeito envolvido a respeito do trabalho; refere-se ao julgamento coletivo, quando os integrantes do grupo trocam ideias e experiências, privilegiando certos temas e tornando o processo de produção de conhecimentos com maior potencial de reflexão para a ação<sup>19</sup>.

Quanto ao perfil dos sujeitos do estudo, participaram dez docentes, do sexo masculino e feminino, na faixa de idade entre 30 e 50 anos, todos com vínculo de trabalho estável, regime de trabalho de 40 horas semanais e título de doutor. Em termos de experiência, atuam na graduação e na pós-graduação entre 05 a 10 anos; todos estão na prática como professores há mais de 10 anos. A realização do estudo no Instituto foi uma demanda dos próprios docentes. O critério de seleção foi pertencerem ao mesmo grupo homogêneo de trabalho, respeitando pressuposto presente no campo da saúde do trabalhador<sup>22</sup> e aqueles que aceitassem participar do estudo. O critério de inclusão foi ser docente ativo e pertencer ao mesmo Instituto da IFES. O critério de exclusão

foi ser docente em situação de afastamento por motivo de licença ou férias.

A análise do material foi efetuada por meio da técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática. Compuseram o processo de análise dos dados as etapas utilizadas na operacionalização das análises de conteúdo: pré-análise, exploração do material, e tratamento e interpretação dos resultados obtidos<sup>25</sup>. Identificaram-se grupos temáticos, tomando por base os materiais transcritos procedentes dos diálogos das oficinas. Tais grupos constituíram-se através da classificação de excertos dos diálogos por critério de similaridade e frequência e relevância em relação ao objetivo do estudo, possibilitando a identificação dos temas principais, a saber: intensificação e prolongamento do tempo de trabalho, saúde docente, tempo de trabalho e privação do sono, saídas e estratégias de defesa da saúde.

No que diz respeito à apresentação dos resultados, convencionou-se a utilização das iniciais OT (Oficinas Temáticas) e VC (Oficinas de validação consensual) para designar, respectivamente, as reuniões realizadas na primeira e segunda fase do estudo. Para a caracterização dos relatos dos sujeitos, foi usada a letra P (Professor) acompanhada de um número dimensionado a partir da sequência de escuta das transcrições das reuniões.

Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, e pela Instituição coparticipante.

## Resultados e discussão

### Intensificação e prolongamento do tempo de trabalho

O aumento da demanda de trabalho e a pressão para cumprir metas de produtividade vão reconfigurar o trabalho docente na educação superior que ultrapassa o limite físico e temporal da universidade, tornando-se presente nos finais de semana, férias e nos períodos de interrupção do ano letivo:

*A ciência não é uma indústria. As pessoas trabalham final de semana, as pessoas, às vezes, têm que estar aqui 6 horas da manhã ou sair daqui 10 horas da noite. [...] A gente acaba vivendo a ciência, hoje em dia, como se fosse uma indústria. Você tem que dar um produto final.* (OT, P2).

*Além disso, eu acho que a gente tem que ter um pouquinho de paz, um pouquinho de condições*

*para ter criatividade no que a gente faz. Esse monte de atribuições, as mil e uma coisas que a gente faz, você fica tão estressado de ter que fazer, de ter que estar se ocupando mesmo com as coisas e, às vezes, se 'pré-ocupando' também, né? [...] a palavra preocupação é muito boa, porque é mesmo uma pré-ocupação.* (OT, P3).

As atividades de trabalho do docente universitário são caracterizadas por reunirem “monte de atribuições” e “produtos”, além da exigência de qualificação, atualização constante e a cobrança na qualidade do ensino. A demanda de trabalho não se encerra somente na sala de aula; exige-se uma dedicação constante à produção científica, participação em projetos, entre outras “mil e uma coisas”. Essas múltiplas ocupações geram, no ponto de vista docente, “preocupação”, sentimento de inquietação, ansiedade e estresse, o que contrasta com a necessidade de foco e concentração próprias ao seu processo de trabalho. De fato, a combinação de condições de trabalho precárias e sobrecarga de trabalho contribui para a intensificação e prolongamento da jornada de trabalho do professor, configurando uma nova temporalidade laboral com possíveis consequências à saúde desses trabalhadores. Harvey<sup>26</sup> chama atenção para a manipulação social da temporalidade do trabalho como um traço fundamental do capitalismo. Segundo o autor, sob a lógica da produtividade, o trabalho não é medido por um dia real de trabalho, mas, sim, pela quantidade de produtos.

Adicionalmente, os participantes observaram que as más condições de trabalho na universidade são geradoras do aumento da jornada de trabalho:

*[...] a falta de condições que a gente tem, que eu acho que isso acarreta e muito o aumento da nossa jornada de trabalho. Porque, muitas vezes, o que você poderia fazer no tempo que você tá aqui dentro da instituição, você não consegue fazer porque a instituição não te dá condições pra você fazer. E aí você chega em casa, você vai fazer aquilo que você deveria ter feito aqui e você não consegue fazer, né?* (VC, P3).

*E você mistura o pessoal com o profissional.* (VC, P2).

*Exatamente. Aí você chega em casa, aí vai corrigir um trabalho porque aqui você não teve condições, não tem um lugar estruturado pra você se concentrar e fazer aqui.* (VC, P3).

Os diálogos evidenciam que quando não é possível executar as tarefas no espaço universitário, a tendência é levar para casa aquilo que não “deu para cumprir” dentro da jornada for-

mal de trabalho. A falta de condições traduz-se na ideia de precariedade sob diversos aspectos, entre eles: infraestrutura predial deteriorada, déficit de equipamentos e material, falta de suporte do setor administrativo, ambiente de trabalho inadequado com ausência de postos de trabalho individuais, entre outros. A combinação de tais elementos sugere fortes impactos sobre a saúde em seus aspectos físico, emocional e cognitivo<sup>27</sup>.

### Saúde docente

Tomando por base o aporte teórico do campo da saúde do trabalhador, afirma-se que a análise sobre a saúde deve fundamentar-se no estudo do contexto no qual o trabalho acontece. Nessa direção, foi mencionado que, diante de condições não ideais para se trabalhar, emergem sentimentos de frustração, cobrança, culpa e depressão:

*Conheço colegas meus que trabalham em outras instituições, mas que já adoeceram, já entraram em depressão em função de problemas profissionais e muitos desses problemas é exatamente essa questão de estar em uma situação física ou em condições que não é condição ideal para que se trabalhe, para que exerça o que a pessoa quer e aí ela acaba se frustrando. Geralmente são pessoas que se cobram muito mais e não conseguem lidar bem com essa dificuldade e aí acabam entrando em depressão.* (OT, P3).

*E que podem tomar para si alguma culpa, né? Quem se cobra muito. Acho que tem a ver com toda a relação com o trabalho.* (OT, P4).

*Exatamente. Isso é uma prevalência muito grande no nosso meio, das pessoas que têm esses problemas de saúde, às vezes nem percebem que estão vivendo esse problema. Muitos até se recusam a aceitar que pode ser um problema, mas quando procuram buscar ajuda se deparam com essa situação, que é um quadro que é proveniente das condições de tudo isso que a gente vive.* (OT, P3).

No decurso das oficinas, os professores ressaltaram uma cadeia de impedimentos, de natureza organizacional, que está em contradição com o efetivo engajamento no trabalho. Estudos evidenciados pela Ergonomia da Atividade no Brasil, como os de Jackson Filho<sup>28</sup>, mostram que esses impedimentos colocam em risco a saúde dos trabalhadores. De fato, ouviram-se diálogos que destacaram sentimentos de desânimo, frustração e culpa vivenciados em termos coletivos. Nessa linha de interpretação, é válido mencionar que tanto na literatura nacional quanto internacional sobressaem referências à saúde mental desta categoria profissional, sendo citados agravos como:

estresse, estado permanente de cansaço, depressão e até mesmo o suicídio<sup>9,29-32</sup>.

Cabe mencionar que, junto aos fatores relacionados à saúde mental, somam-se, ainda, distúrbios osteomusculares e vocais<sup>33,34</sup>. Nas oficinas, os professores relacionam este último ponto (saúde vocal) ao sobre-esforço de fala em sala de aula, já que grande parte da jornada de trabalho realiza-se normalmente em condições de trabalho precarizadas devido às restrições orçamentárias por que passam as universidades públicas, em ambientes físicos inapropriados, sem acústica, com um número excessivo de alunos. De acordo com Alves et al.<sup>34</sup>, as alterações vocais levam frequentemente às situações de afastamento e incapacidade para o desempenho das funções docentes.

*Tenho que ter cuidado com a minha voz, porque vira e mexe eu fico, eu perco quase que totalmente a voz. Isso já aconteceu umas duas ou três vezes esse ano.* (VC, P1).

*Mas assim do nada? Ou ela vai diminuindo?* (VC, P2).

*[...] ela vai diminuindo e aí [...] some. Tem, sei lá, um mês e pouco, dois meses que eu fiquei assim, eu fiquei sem voz. [...] eu tô tomando cuidado, mas assim, um cuidado de sempre levar água, pra toda hora estar bebendo [...].* (VC, P1).

Adicionalmente, o estudo de Santana<sup>35</sup> aponta que são eminentes ocorrências de doenças coronarianas e acidentes vasculares cerebrais (hemorrágico e isquêmico), que podem estar associadas ao número elevado de atribuições, à pressão para a intensa produção científica e ao prolongamento da jornada de trabalho. Outras questões que também se relacionam à manifestação desses quadros é a falta de dieta equilibrada, de atividades físicas regulares e ausência de visitas médicas, justificadas pela falta de tempo em decorrência da sobrecarga de trabalho.

### Tempo de trabalho e privação do sono

A organização do tempo de trabalho dos professores universitários demonstra outras faces do conceito de “sociedade 24 horas”, segundo a qual um número crescente de pessoas depara-se com a exigência de trabalho em horários não diurnos e fins de semana<sup>36</sup>. Verificou-se por meio dos diálogos nas oficinas que os professores vivenciam um quadro de excesso de demandas no trabalho. Trata-se de um conjunto de solicitações que, sob a ótica dos docentes, precisam ser cumpridas ainda que ultrapassem o horário formal de trabalho. Portanto, muitos professores trabalham mais que

o número de horas semanais previstas em lei e o fazem durante o horário noturno, deixando de lado a família e o descanso necessário para a nova jornada de trabalho que se reinicia no dia seguinte<sup>37,38</sup>, conforme relato abaixo:

*Eu tenho que entregar no prazo x, vou fazer de tudo para entregar naquele prazo x, nem que eu tenha que virar a noite, eu vou fazer aquilo, principalmente quando tem outras pessoas envolvidas. Eu não acho justo eu atrapalhar o trabalho do outro por uma coisa que eu assumi e não estou dando conta. Eu sempre usei muito a madrugada para dar conta de tudo aquilo que eu assumi, do compromisso. (OT, P2).*

Em estudo conduzido por Rotenberg e Carlos<sup>39</sup>, distingue-se a ideia de aceleração do trabalho entre professores universitários. Os achados mostram que os docentes sentem-se em constante dívida profissional, levando-os a trabalhar após a jornada formal. Este comportamento faz com que o trabalhador tenha um ciclo vigília-sono irregular, o que é acompanhado de privação parcial do sono, acarretando consequências negativas para a saúde e para o desempenho no trabalho<sup>40</sup>.

*Eu não consigo relaxar para dormir, por exemplo, tem pessoas que quando têm que entregar alguma coisa no dia seguinte e que não terminou, preferem dormir, acordar bem mais cedo, tipo quatro horas da manhã. Eu não consigo porque eu não relaxo. Enquanto eu não terminar aquilo, eu não consigo dormir. (OT, P2).*

*[...] Você tem uma memória pior. Que eu acho que está muito relacionado com o sono. Que a gente chama de privação de sono. Porque, na verdade, eu acho que a classe docente, pesquisador, a gente deve dormir menos do que normalmente a gente precisa. [...] Eu vivo cansada. Não é nem com sono, é cansada e a memória ruim. (OT, P4).*

Compreende-se que a “privação do sono”, expressão mencionada e partilhada nas oficinas, constitui-se em uma clara alusão à intensificação do trabalho de professores, considerando que o tempo fora da jornada deveria ser, majoritariamente, dedicado ao alívio de tensões, descanso e recuperação do cansaço acumulado. Além disso, houve relatos segundo os quais a falta de tempo afeta laços familiares e relações pessoais.

#### **Ambiguidades do trabalho docente e a defesa da saúde**

Evidencia-se por meio dos diálogos nas oficinas que os professores desenvolvem diferentes estratégias de defesa da saúde. Os trabalhadores

desenvolvem esse tipo de mecanismo como uma forma de amenizar o sofrimento frente aos aspectos relacionados às situações e condições de trabalho, principalmente no que se refere à saúde mental<sup>39</sup>. Essas estratégias de proteção à saúde possibilitam a transformação e mudança da percepção que os trabalhadores possuem da realidade, sobretudo aquelas que podem causar sofrimento; estas seriam respostas da “relação subjetiva com as pressões patogênicas”. Os trabalhadores de “vítimas passivas colocam-se na posição de agentes ativos de um desafio, de uma atitude provocadora ou de uma minimização diante da pressão patogênica”<sup>41</sup>(p.128). Como evidenciado no diálogo abaixo:

*[...] É porque as nossas condições não são boas mesmo. Então você depende de seu estado emocional para resistir, né? Na verdade, é resistência. Eu acho que a gente resiste e teima de fazer a pesquisa [...]. Eu passo por cima dessas coisas, meus alunos são ótimos, o grupo de professores se dá muito bem, colaboram. Então, acaba que essas coisas me alimentam mais do que a parte negativa. (OT, P5).*

*Então assim, se você tem um grupo que tá todo mundo coeso [...] \quer trabalhar bem, fazer bem. Fazer o melhor dentro das condições que se tem. Ótimo! Tá todo mundo focado naquela direção. (OT, P3).*

*Eu sinto isso muito. Eu acho que o nosso grupo é unido nesse sentido e se reforça nas coisas boas e vai para frente. (OT, P5).*

Através de atitudes que geram prazer, o docente procura equilíbrio com as situações que geram sofrimento em sua rotina de trabalho. Na perspectiva da psicodinâmica do trabalho, prazer e sofrimento são vivências subjetivas: cada um vive uma situação de uma maneira diferenciada. Contudo, se várias pessoas experimentam a mesma situação, elas são capazes de unir seus esforços para construir uma estratégia defensiva coletiva<sup>41</sup>. Ao observar o diálogo acima, identificam-se fatores que geram prazer, como, por exemplo, os alunos comprometidos, e principalmente a boa relação e a união entre os docentes, sendo percebidos como facilitadores que “alimentam” o cotidiano de trabalho do professor de maneira positiva. O mal-estar docente pode ser abrandado pelo uso de estratégias de mediação contra o sofrimento. Tais estratégias seriam maneiras utilizadas pelos professores diante das exigências do trabalho, criando uma compensação através de vivências de prazer<sup>41</sup>.

Nas oficinas, os docentes validaram formas de resistência às condições desfavoráveis do trabalho, entre elas: a insistência em continuar a

realização de pesquisas e formação de alunos, resistindo às adversidades; o pertencimento a um grupo de professores colaborativo e coeso, encontrando, nesse caso, um suporte afetivo e coletivo de trabalho; pausas geradas pelo convívio social, sobretudo com a família, e a “paixão” em continuar fazendo o que gosta.

Não obstante, deve-se ter presente que os diálogos nas oficinas foram marcados por significados conflitantes, tais como entusiasmo e tristeza; paixão e desprazer. Foi possível identificar visões ambivalentes no que se refere à vivência subjetiva do trabalho, interpretadas por alguns participantes por sentimentos extremos e colidentes, como “ou a gente é maluco ou gosta do que faz”.

Por certo, as defesas aqui relatadas foram produzidas em contexto de precarização, intensificação e prolongamento do tempo de trabalho em universidades. Assim, assumem um caráter conflitante, já que preservam certa normalidade, mas não efetivam mudanças concretas. Trata-se de estilos de resistência docente a serem mais bem compreendidos e aprofundados no trabalho em universidades.

### Considerações finais

Em termos históricos, verifica-se que, 152 anos após a época de Marx, a classe trabalhadora ainda resiste no sentido de consolidação da jornada de trabalho nos marcos civilizatórios universais do trabalho. Portanto, os aspectos estruturais aqui identificados, que levam à intensificação e ao prolongamento da jornada de trabalho docente, são antigos para o capital e novos em configurações organizacionais do trabalho em universidades públicas, suscitando novas consequências coletivas para a saúde dos seus trabalhadores.

Essa nova organização do tempo de trabalho em universidades públicas materializa-se, invariavelmente, pela obtenção desmedida de produtos, transformando pensamentos e ideias em mercadorias. Assim, embora o professor de

ensino superior seja um grupo qualificado e considerado como elite social, pode-se constatar precarização, intensificação e prolongamento da jornada de trabalho que se processa sob parâmetros da organização gerencial do trabalho. Observaram-se, no decurso das oficinas, relatos de sofrimentos e queixas alusivas à saúde física e mental. Constataram-se sobrecarga laboral e falta de tempo para descanso e lazer; em consequência, os trabalhadores referenciaram privação do sono, cansaço constante e falta de memória. Identificou-se, centralmente, o tema da combinação intensiva e extensiva do trabalho docente associado à precarização das condições de trabalho.

De acordo com Santos<sup>42</sup>, a “temporalidade” refere-se às formas particulares de utilização do tempo de cada agente, classe ou grupo social. De acordo com o autor, trata-se de formas práticas de se viver e que ganham concretude por meio da sua interpretação na vida real em cada lugar e espaço.

Adicionalmente, cabe observar que, na atualidade, o tempo de trabalho no setor de serviços educacionais está submetido às novas formas de organização e controle. De acordo com Dejours<sup>43</sup>, toda organização do trabalho leva ao tema da pluralidade do real do trabalho, o que faz surgir por seu próprio funcionamento a questão das diferentes maneiras de sua realização. Percebeu-se que as estratégias de defesa da saúde situam-se no âmbito individual e no próprio grupo de trabalho com a valorização da cooperação, coesão e tempo de convívio. Assim, parece acertado afirmar a importância de se gerar mudanças em caráter coletivo, por meio da resistência, de modo a se produzir políticas e intervenções institucionais nas universidades de caráter participativo, o que inclui o apoio da organização sindical docente. Nessa perspectiva, lutar contra o tempo invasivo do trabalho implica lutar contra a dominação e o controle da vida, resgatando o verdadeiro sentido do trabalho docente que deveria significar autonomia, criação, liberdade e emancipação humana e social.



## Colaboradores

AMS Rodrigues e KR Souza participaram da concepção do estudo, pesquisa de campo, análise dos dados, redação do manuscrito e aprovação da versão final do artigo. LR Teixeira e AL Larentis contribuíram com redação do manuscrito, revisão crítica e aprovação da versão final.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e com apoio de financiamento do Edital Inova ENSP/FIOCRUZ, do ano de 2013.

## Referências

1. Maués OC, Sousa MB. Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação. *Em Aberto* 2016; 29(97):73-85.
2. Mancebo D, Silva Júnior JR, Schugurensky D. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. *Educação em Revista* 2016; 32(4):205-225.
3. Antunes R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo; 2009.
4. Santana MA, Druck MG. *Terceirização e degradação do trabalho nas universidades brasileiras. Margem esquerda*. São Paulo: Boitempo; 2015.
5. Motta VC, Leher R. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. *Rev Trab Política Soc* 2017; 2(3):243-258.
6. Chaui M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Rev Bras Educ* 2003; 24:5-15.
7. Léda DB, Mancebo D. REUNI: heteronomia, precarização da universidade e do trabalho docente. *Educ Realidade* 2009; 34(1):49-64.
8. Maues O. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. *Educ Rev* 2010;1(n. esp.):141-160.
9. Bosí AP. Precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ Soc* 2007; 28(101):1503-1523.
10. Luz MT. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Physis* 2005; 15(1):39-57.
11. Tardif M, Raymond D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. *Educ Soc* 2000; 21(73):209-244.
12. Laurell AC, Noriega M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec; 1989.
13. Marx K. *O Capital: crítica da economia política, Livro I*. São Paulo: Boitempo; 2013.
14. Decca E. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense; 1995.
15. Pina JA, Stotz EN. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. *Rev Bras Saude Ocup* 2014; 39(130):150-160.
16. Basso P. *Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI*. São Paulo: Unicamp; 2018.
17. Alves G. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6; 2013.
18. Dal Rosso S. *Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo; 2008.
19. Souza KR, Fernandez VS, Teixeira LR, Larentis AL, Mendonça ALO, Felix EG, Santos MBM, Rodrigues AMS, Moura M, Simões-Barbosa RH, Barros WO, Almeida MG. Cadernetas de saúde e trabalho: diários de professores de universidade pública. *Cad Saude Publica* 2018; 34(3):1-11.
20. Souza KR, Rodrigues AMS, Santos MBM, Simões-Barbosa RH, Fernandez VS, Mendonça ALO. Oficinas em saúde do trabalhador: ação educativa e produção dialógica de conhecimento acerca das relações entre trabalho docente e saúde em universidade pública. *Rev Bras Saude Ocup* [online]. No prelo; 2019.
21. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 63ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra; 2017.

22. Oddone I, Marri G, Gloria S, Briante G, Chiatella M, Re A. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec; 1986.
23. Silva AA, Souza KR. Educação, pesquisa participante e saúde: as ideias de Carlos Rodrigues Brandão. *Trab Educ Saude* 2014; 12(3):519-539.
24. Brandão CR, Streck DR. *Pesquisa participante. A partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras; 2006.
25. Minayo, MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13ª ed. São Paulo: Hucitec; 2013.
26. Harvey D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo; 2013.
27. Dal Rosso S. Jornada de trabalho: duração e intensidade. *Cien Cultura* 2006; 58(4):31-34.
28. Jackson Filho JM. Engajamento no trabalho, impedimentos organizacionais e adoecer: a contribuição da Ergonomia da Atividade no setor público brasileiro. *Rev Bras Saude Ocup* 2015; 40(131):98-108.
29. Souza KR, Mendonça ALO, Rodrigues AMS, Felix EG, Teixeira LR, Santos MBM, Moura M. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. *Cien Saude Colet* 2017; 22(11):3667-3676.
30. Caran VCS, Freitas FCT, Alves LA, Pedrão LJ, Robazzi MLC. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. *Rev Enferm UERJ* 2011; 19(2):255-261.
31. Ge C, Yang X, Fan Y, Kamara AH, Zhang X, Fu J, Wang L. Quality of life among Chinese college teachers: a cross-sectional survey. *Public Health* 2011; 125(5):308-310.
32. Lima MFEM, Lima-Filho DO. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Cien Cognição* 2009; 14(3):62-82.
33. Silva EP. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Psicol Teor Prat* 2015; 17(1):61-71.
34. Alves LA, Robazzi MLC, Marziale MHP, Felipe ACN, Romano CC. Alterações da saúde e a voz do professor, uma questão de saúde do trabalhador. *Rev Latino-Am Enfermagem* 2009; 17(4):566-572.
35. Santana OA. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. *Acta Scientiarum Education* 2011; 33(2):219-226.
36. Moreno CRC, Fischer FM, Rotenberg L. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. *São Paulo Perspect* 2003; 17(1):34-46.
37. Decor NS, Araujo TM, Reis EJF Porto LA, Carvalho FM, Silva MO, Andrade JM. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cad Saude Publica* 2004; 20(1):187-196.
38. Nagai M, Tsuchiya KJ, Touloupoulou T, Takei N. Poor mental health associated with job dissatisfaction among school teachers in Japan. *J Occup Health* 2007; 49(6):515-522.
39. Rotenberg L, Carlos RSL. How social acceleration affects the work practices of academics: A study in Brazil. *German Journal of Human. Resource Management* 2018; 32(3-4):257-270.
40. Souza JC, Galina SD, Almeida JCF, Sousa IC, Azevedo CVM. Work schedule influence on sleep habits in elementary and high school teachers according to chronotype. *Estud Psicol* 2014; 19(3):157-238.
41. Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. 1ª ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas; 2007.
42. Santos M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2006.
43. Dejours C. *Trabalho e emancipação*. Tradução de Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15; 2012.

---

Artigo apresentado em 30/05/2019

Aprovado em 07/08/2019

Versão final apresentada em 13/11/2019